

Acontece



Encontro de RH traz tema da inclusão de pessoas com deficiência

Açucena Calixto Bonanato, presidente do IPC, compartilhou com cerca de 45 profissionais de Recursos Humanos, Finanças e Logística, no dia 18/9, sua experiência na implantação de projetos de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos quadros de colaboradores.

Inscrições acabam em 30/9

As empresas e ONGs podem inscrever seus projetos de inserção de profissionais com deficiência nos quadros de colaboradores, em oito categorias.

O regulamento está disponível em www.ipcpe.org.br

As inscrições são gratuitas e a cerimônia de premiação acontece no dia 23 de outubro, no Centro Britânico Brasileiro, em São Paulo (SP).

Certificado na mão

A turma-piloto do curso de qualificação profissional de pessoas com deficiência para a área financeira já está de canudo na mão.

Os alunos, que participaram dos oito módulos divididos em 240 horas de duração, viram na iniciativa do Instituto Pró-Cidadania, inédita no mercado, uma boa oportunidade de complementação da formação técnica, especialmente para as pessoas com deficiência visual, objetivo principal do curso.

“Nossa expectativa é dar continuidade a novas turmas no começo do ano que vem”, pontua Açucena Calixto Bonanato, presidente do IPC.

Nova turma da SKANSKA

Começou no dia 16/9 mais uma turma de capacitação do programa educacional do IPC para a Skanska. Desta vez são 52 alunos que se preparam para o mercado de trabalho.

Fique ligado

Nova Iorque adota novo símbolo de acessibilidade



Sara Hendren

“Uma imagem, um ícone tem o poder de semear a ideia para esforços maiores.”

Quase 50 anos depois, o símbolo estático de acessibilidade utilizado internacionalmente ganhou um dinamismo que surgiu nas ruas da cidade de Boston, nos Estados Unidos. A iniciativa veio da designer e artista Sara Hendren, que, em conjunto com o ex-grafiteiro e professor assistente da Gordon College de Massachusetts, Brian Glenney, fez uma verdadeira “guerrilha de rua” para a mudança da tradicional imagem do cadeirante, proposta em 1968.

Os dois artistas criaram um novo desenho, no

qual “a pessoa move os braços sobre a cadeira de rodas com independência, reforçando a ideia de movimento e autonomia para se colocar no mundo”, reforça Sara, que reconhece que a proposta, no fundo, é “fazer as pessoas repensarem nas suas atitudes e conceitos, do que é ou não ser deficiente”.

A ousadia da dupla de artistas foi além. Eles desenharam a nova imagem e a transformaram em selos adesivos que foram colados nas placas oficiais de sinalização de acessibilidade nas ruas de Boston. “Sabíamos que era uma coisa proibida, mas incentivamos a reflexão da população”, revela Sara. Eles começaram a distribuir adesivos para todo o país, até que a ideia chegou ao secretário municipal de pessoas com deficiência da cidade de Nova Iorque, Victor Calise, que se juntou à causa e decidiu substituir, neste verão nova-iorquino, toda a sinalização da metrópole pelo novo desenho.

A proposta está lançada: um símbolo para novas atitudes.



Fiscalização da Lei de Cotas garante maior inserção no mercado

Considerada um marco para a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, a Lei de Cotas, mesmo depois de 22 anos de existência, até hoje é vista como um “instrumento capaz de garantir a conquista dos direitos humanos e mudar a realidade de convivência no ambiente formal de trabalho no Brasil”, opina José Carlos do Carmo, auditor fiscal do trabalho e coordenador do Projeto de Inclusão da Pessoa com Deficiência da Superintendência Regional de São Paulo, órgão pertencente ao Ministério do Trabalho e Emprego e que se encarrega da fiscalização da aplicação da exigência legal.

A ação fiscal é orientada por dois princípios, explica José Carlos. “De um lado está a necessidade de cumprimento da lei por parte das empresas com mais de 100 funcionários. De outro, uma legislação que ainda prevê condi-



José Carlos do Carmo

ções dignas e igualitárias para o trabalhador com deficiência”, afirma José Carlos.

Nesse contexto, os fiscais do trabalho têm a função de notificar as empresas que não estão aplicando a lei, dar os prazos legais e autuar nos casos necessários. “Mas, ao mesmo tempo, abrimos uma

mesa de entendimento entre as empresas de um mesmo segmento econômico, o Ministério e os sindicatos patronais e de trabalhadores para negociar metas intermediárias de cumprimento das cotas até a sua totalidade”, enfatiza o auditor. “É uma maneira de auxiliar na aplicação legal e, ao mesmo tempo, assegurar que algumas contrapartidas sejam atendidas, como, por exemplo, os treinamentos para as mudanças atitudinais dentro das empresas, onde

chefes e colegas de profissionais com deficiência sejam orientados a quebrar as barreiras de convivência e aceitação dessas minorias”, defende José Carlos.

Do lado das empresas, a queixa maior é a falta de qualificação da pessoa com deficiência. Mas José Carlos contrapõe com ênfase: “o Estado tem a obrigação de garantir a educação para todo brasileiro, porém o empresariado tem corresponsabilidade nesse processo e pode também investir no desenvolvimento dos seus empregados. Além disso, o crescimento do País reflete a falta de mão de obra qualificada com ou sem deficiência em diversos setores”, ele completa.

Na próxima edição, o IPC trará a continuidade da entrevista com José Carlos do Carmo, um defensor enfático dos direitos da pessoa com deficiência.

Quem faz história

Sensibilidade no tatame

A voz suave de Priscila de Paula ao telefone nem de longe revela as habilidades que ela põe à prova no tatame, nas lutas de judô que já lhe renderam 10 medalhas em campeonatos abertos ou paraolímpicos, isto é, exclusivos para pessoas com deficiência. Praticante de artes marciais há dois anos, ela nunca deixou de pisar no pódio nas competições das quais participou. “Eu luto com outros deficientes visuais e com esportistas de vi-

“Deficiente, para mim, é quem cruza o braço e não quer fazer nada. Eu me sinto apenas uma pessoa com limitações.”



Priscila (esq.) já é faixa azul no judô.

são normal. Apesar de os golpes serem iguais, é preciso perceber a pisada no tatame, o movimento do corpo e a pegada no quimono para sentir como o oponente vai lutar”, descreve Priscila, que tem baixa visão desde o nascimento por causa do albinismo.

Mas o sucesso no judô não a impede de se desenvolver profissionalmente para entrar no mercado de trabalho. Embora Priscila já tenha trabalhado em áreas administrativas de hospitais e escritórios, hoje a busca vai além. “De manhã faço um curso técnico de massoterapia, à tarde participo de uma turma de capacitação no IPC e à noite vou à academia para os treinos”, conta. Nesse ritmo intenso, seu desejo é conciliar a disciplina e as regras do tatame com a prática da massoterapia em clínicas, hospitais e até em empresas.